

O QUE O EMPRESARIADO QUER COM A ESCOLA PÚBLICA? REFORMAS EMPRESARIAIS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O DIREITO À EDUCAÇÃO

Kleiton Genesis Santana da Silva
Universidade Estadual Paulista, *Campus* Marília

Cláudia Pereira de Pádua Sabia
Universidade Estadual Paulista, *Campus* Marília

RESUMO

A Reforma Empresarial da Educação é um movimento dos organismos multilaterais que busca transformar a educação em um mercado, alinhado às lógicas do capitalismo. O objetivo geral deste estudo é investigar o processo de invasão da escola pública pela lógica mercadológica e suas possíveis consequências para o direito à educação dos alunos do Ensino Médio da Rede Estadual Paulista. A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa e a metodologia utilizada foram as pesquisas bibliográfica e documental. Para subsidiar o aprofundamento teórico, realizamos levantamento bibliográfico na base de dados do Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). Como resultado, o estudo identificou que a reforma do Ensino Médio no Estado de São Paulo reflete a adoção de um modelo educacional que privilegia as demandas do mercado de trabalho e a lógica neoliberal, em detrimento de uma formação humana, crítica e cidadã. Ao focar na preparação técnica e na flexibilização curricular, a Reforma busca adaptar a educação às necessidades de uma economia globalizada que negligencia a importância de uma educação que promova a reflexão, a autonomia e a emancipação, ou seja, a formação humana em uma perspectiva integral. Ademais, as reformas empresariais na educação provocam a redução da participação do Estado, com a transferência de recursos públicos para as iniciativas privadas; além disso, priorizam também a maximização do lucro em detrimento da qualidade social da educação. Por fim, consideramos que neste contexto apresentado, as desigualdades sociais são legitimadas e intensificadas, produzindo desemprego e acarretando consequências danosas para a formação humana da juventude.

Palavras-chave: Reformas Empresariais da Educação; Ensino Médio; Direito à Educação; Formação Humana; Qualidade Social.

ABSTRACT

The educational business reform is a movement driven by multilateral organizations aiming to transform education into a market aligned with capitalist logics. The main objective of this study is to investigate the process of market logic invading public schools and its potential consequences for the right to education of high school students in the state education network of São Paulo. the research was conducted using a qualitative approach, with bibliographic and documentary research methodologies. To support the theoretical deepening, a bibliographic survey was carried out using the Brazilian portal for publications and open access scientific data (oasis) database. As a result, the study identified that the high school reform in the state of São Paulo reflects the adoption of an educational model that prioritizes labor market demands and neoliberal logic, to the detriment of human, critical, and civic education. By focusing on technical preparation and curriculum flexibilization, the reform seeks to adapt education to the needs of a globalized economy, neglecting the importance of education that promotes reflection, autonomy, and emancipation. Business-driven reforms in education lead to reduced state participation, with the transfer of public resources to private initiatives. It prioritizes profit maximization over the social quality of education, thereby legitimizing and creating social inequalities, generating unemployment, and causing harmful consequences for human development.

Keywords: Business reforms in education; Business reform; Secondary education.

Introdução

A escola pública está orientada para a formação de capital humano. De acordo com Laval (2019, p. 129), “o papel do Estado” ficaria restrito “a garantir a qualidade do serviço prestado pelas escolas privadas”, pois o processo de sucateamento do ensino público automaticamente atribui ao sistema educacional privado o caráter de guardião da qualidade de ensino. O Estado assume a função de avaliador “como faz com a inspeção sanitária dos restaurantes, por exemplo”. Ainda nas palavras do autor, “na realidade, trata-se de tirar a educação da esfera pública, regida pela autoridade política, e entregá-la inteiramente ao mercado[...]” (Laval, 2019, p. 132). O que podemos observar é que o direcionamento dos recursos proveniente das arrecadações dos impostos para a educação, sem organização e efetividade do destino de tal capital, se torna inefetivo para atingir uma educação com qualidade para todas as pessoas, de forma equitativa. Na perspectiva da qualidade, destacamos o conceito apresentado por Sordi, (2017, p. 86) de qualidade social: “Qualidade social na escola pública deve orientar-se pela construção de um mundo melhor, isto é, um mundo mais educado, mais evoluído culturalmente e socialmente mais justo.” Porém, “[...] isso implicaria uma opção pela qualidade social em detrimento da qualidade mercadológica que se alimenta dos valores do individualismo, da competitividade [...]” (Sordi, 2017, p. 86) e sobretudo da formação instrumental e técnica.

Nosso objetivo foi investigar o processo de invasão da Escola Pública pela lógica mercadológica e suas possíveis consequências para o direito à educação dos alunos do Ensino Médio da Rede Estadual Paulista. Pesquisar a Reforma Empresarial da Educação sob a ótica dos autores que estudam os efeitos da lógica de mercado sobre a Escola Pública se justifica pela necessidade de se debruçar sobre o problema de ordem social-coletiva que envolve a Escola Pública e, conseqüentemente, o processo de formação humana em sentido amplo, e, sobretudo, de estudar o processo de formação dos estudantes numa escola cada vez mais dominada por tal lógica.

Diante deste contexto, buscamos discutir os impactos da reforma empresarial da Educação, focando na rede estadual paulista. Investigamos também quais os principais grupos privados que atuaram na reforma do Ensino Médio e quais são os seus principais interesses. Por fim, tivemos o intuito de desvelar quais os pressupostos que as reformas empresariais acarretam para a formação da juventude, como o aluno é visto pela lógica de mercado e quais são as consequências da política neoliberal para a formação dos estudantes do ensino médio no estado de São Paulo.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa e a metodologia utilizada foram as pesquisas bibliográfica e documental. Para subsidiar o aprofundamento teórico, utilizamos a pesquisa bibliográfica que consistiu no levantamento, seleção e leitura de obras e de artigos, Trabalhos de

Conclusão de Curso (TCCs), dissertações e teses da base de dados do Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASISbr). Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 63), “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, teses, etc.[...]”. Já, a pesquisa documental consistiu na análise dos documentos relativos à reforma do Ensino Médio, a Lei 13.415/17 e demais regulamentações utilizadas na implementação de tais políticas no estado de São Paulo. Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 53) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”, que no caso do presente estudo, foi relacionado às informações coletadas na pesquisa bibliográfica para tentar responder o objetivo de pesquisa.

Resultados

Laval (2019) discute como a doutrina liberal ganha força no ambiente educacional. O autor parte do pressuposto que o mercado deve dominar, quase que por completo, os segmentos da sociedade e, tratando-se do aparato educacional, este deve imediatamente ser retirado das competências do Estado e ser totalmente regido pelo mercado, ou melhor, a escola deve ser convertida em empresa. Assim, as reformas empresariais têm por objetivo converter a escola, o ensino, a educação, os alunos, o ser humano e a sociedade em empresas. “As múltiplas formas dessa incorporação da educação ao capitalismo global fazem desse espaço e dessa atividade uma esfera de grandes esperanças para as empresas” (Laval, 2019, p. 147).

Isso se dá por meios diversos, pois o parâmetro de organização eleito pelo neoliberalismo como o mais adequado é a “empresa” (Freitas, 2018). Assim, “[O] modelo fundamental das relações humanas” nessa sociedade é o “empreendimento”. Essa ideia de empreendimento alcança instâncias inimagináveis da vida humana que somente estudos extremamente detalhados, como o de Laval (2019, p.170), trazem luz para um dos principais objetivos da escola dentro da perspectiva neoliberal, que é de formar “consumidores que se familiarizem desde cedo...” com a lógica de mercado “...a ponto de não existir nem um único momento nem um único lugar em que possam escapar dessa influência”. Isso nos permite ver o contexto no qual a reforma empresarial da educação está colocando o aluno e “que expressa o ‘empreendedorismo’ dos seres humanos”, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a “empresa” (Freitas, 2018, p.31).

Tendo em vista que para a lógica de mercado a organização mais adequada (Freitas, 2018) é a “empresa”, está dado que a reforma empresarial da educação tem a intenção de transformar a Educação/Ensino, a Escola, o Professor e o Aluno em empresa. “O principal, na realidade, diz respeito aos grandes interesses econômicos que transformam a educação em mercado e as escolas em fábricas de “competências” (Laval, 2019 p. 165). Competências essas voltadas a manutenção do mercado, que impõe

supostas profissionalizações, porém, sempre voltadas aos próprios interesses mercadológicos. Completando o raciocínio, “o mercado tem uma visão de curto prazo,” com preferências majoritariamente imediatistas e superficiais, sempre voltadas ao lucro. “O mercado exige “reações” fortes, enquanto a solução para muitos dos problemas da educação demanda decisões que funcionam no longo prazo” (Laval, 2019 p. 212). Logo, somos levados a enxergar que os verdadeiros objetivos das reformas empresariais da educação estão verdadeiramente voltados aos interesses dos empresários – como já mencionamos anteriormente – em detrimento de melhores condições educacionais para a humanidade ser formatada de maneira digna, justa e desenvolver suas potencialidades superiores, transformando, assim, a sociedade para os interesses e avanços na qualidade de vida humana e não para as empresas terem lucro. Desse modo, entendemos as reformas empresariais da educação como uma investida do empresariado sobre o dinheiro público com intenção de obter lucro, precarizando as escolas públicas, impondo a elas um currículo deformador-formador de capital humano e mercado consumidor, cuja perspectiva de vida é assumir o desemprego, os empregos precários e desqualificados moralmente e, sobretudo, estar sujeito à condição de consumidor enredado nas teias da indústria da propaganda.

No Brasil, as reformas empresariais para a educação têm sua origem seguindo as influências dos Estados Unidos. Segundo Freitas (2018, p.40), a reforma empresarial da educação “desenvolveu-se nas últimas décadas em escala mundial”. Freitas, Zan, Silva e Moimaz (2022, p. 18) que apresentam “a conjuntura, na qual entrou em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), que foi guiada pelo Consenso de Washington, de 1989”. Para os autores citados foi sendo gerada no Brasil “...uma nova relação Estado-sociedade sob a égide do neoliberalismo...” e por mais alinhamento e menos coincidência. “Interessa-nos destacar a profunda Reforma do Estado (1995), realizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso”, “que afetou radicalmente o caráter público da educação estatal”.

Uma série de ações que dão sequência às Reformas Empresariais da Educação surge no cenário brasileiro através da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), hoje conhecida como Prova Brasil, e do Todos pela educação (Mielo, 2023). Argumentamos que as Reformas têm por objetivo “se infiltrar” no Estado, influenciando na legislação, promovendo mudanças estruturais na constituição, espaço em que os atores privados possam atuar e operar com suas medidas empresariais. Trazemos, ainda, a contribuição das pesquisas de Garcia, Adrião, Drabach e Santos (2023, p. 26) que explicitam que “trata-se da presença objetiva de empresas na proposição e operacionalização de um projeto pensado e proposto” na “condição de um programa para a educação pública” com a intenção de “substituir a ação estatal no que diz respeito à oferta da educação, ao currículo e gestão das escolas.” Assim, “as ações, a julgar pelas 21 unidades em estudo, voltam-se com maior ênfase aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio, o que pode representar o foco de maior interesse do empresariado.” Ressaltamos que as avaliações em larga escala são o carro chefe das reformas educacionais, pois elas possuem o caráter de atribuir ao Estado a função de órgão regulador.

A análise minuciosa das chamadas reformas empresariais da educação é fundamental para compreender seus propósitos reais, que consistem em dominar e moldar os segmentos educacionais para servir aos interesses do mercado. Segundo Freitas, Zan, Silva e Moimaz (2022), os agentes mais incisivos nesse processo são as fundações privadas, que criaram caminhos para infiltrar-se no aparelho estatal, tanto no executivo quanto no legislativo, nos níveis federal e estadual. Essas fundações atuaram por meio de trabalhos experimentais enquanto aguardavam as condições propícias para implementar a reforma alinhada aos interesses de organizações multilaterais internacionais. Dessa forma, o governo brasileiro reformulou toda a agenda do Ensino Médio, e aqui se destaca o protagonismo de institutos e fundações privadas, como a Fundação Lemann e o Instituto Unibanco, no desenvolvimento e formulação dessas políticas públicas (Freitas et al., 2022).

A Fundação Lemann, em particular, exerceu um papel de liderança na constituição do Movimento pela Base, enquanto outras instituições do Todos Pela Educação foram protagonistas na defesa do projeto de reforma. O estudo evidencia que a educação pública está enredada em uma teia de pressupostos e valores mercadológicos, com instituições privadas ocupando um papel central na implantação de ideais neoliberais. A Fundação Lemann buscou uma forma eficaz, no sentido mercadológico, de ter um impacto nacional e de longo alcance, tornando a Base Nacional Comum Curricular seu principal projeto filantrópico. O objetivo era elaborar um documento prático e preciso que especificasse o conteúdo a ser ministrado pelos educadores (Freitas et al, 2022).

Uma das estratégias para que o caminho das reformas empresariais da educação pública seja trilhado é restringir a oferta de ensino somente à disciplinas básicas, pois, se a escola ofertar um currículo rico em conhecimento crítico e científico transmitidos por profissionais da área da educação, acabarão “por educar demais a mão de obra, levando-a a níveis de conscientização maiores que mobilizem e coloquem em xeque o próprio *status quo*” (Freitas, 2018, p. 83). As evidências comprovam que o interesse dos reformadores empresariais é manter inalterada a ordem social neoliberal - mantenedora de desigualdades e injustiças - por isso, é estratégico atacar a educação, retirando a mesma da tutela do estado e do magistério, usando “a quimera argumentativa da redução de gastos públicos”; assim transferindo para o setor privado tanto o dinheiro público como a administração da educação pública, pois, com a educação pública sob a ordem ideológica e administrativa do setor privado, este, por sua vez, instaura o “controle político e ideológico do aparato escolar, para que ele atenda a interesses específicos de uma parcela da população – os próprios empresários e suas corporações” (Freitas, 2018, p. 75).

Nesse sentido, as jovens e os jovens são lançados no contexto neoliberal da auto responsabilização, num mundo competitivo e frio, desprovido de direitos em amplo aspecto, “seja pelo sequestro que faz aos estudantes, de oportunidades de aprendizagens ampliadas orientadas por uma matriz de formação humana em cujo centro situam-se os valores da solidariedade, da justiça social e da cidadania” (Sordi, 2017, p. 88-89), seja pela deformação subjetiva ou pela orientação para o hiperconsumo. A amplitude que se pretende alcançar e que já foi alcançada pela política neoliberal no

campo educacional através da reforma empresarial é alarmante e suas consequências são desastrosas para a formação das novas gerações. A ideologia do darwinismo social aliada à ordem neoliberal de mercado é uma ameaça à formação humana.

Para alcançarmos o nível de formação humana devemos entender “[...] a educação como possibilidade de humanização, esta deve encaminhar para a formação do sujeito histórico e social.” (Bertagna, Sordi *et al.*, 2017, p. 36). Assim, concordamos com as autoras citadas que, para realizar um processo educativo que priorize qualidade social e tenha como referencial a formação humana, as seguintes dimensões devem constituir a base desse processo: Dimensão político-social, Dimensão ética, Dimensão afetiva, Dimensão corporal, Dimensão cognitiva, Dimensão Artística e cultural. “As dimensões para a formação humana apresentadas[...], “[...]expressam um esforço de captar o sentido da qualidade social.” (Bertagna, Sordi *et al.*, 2017, p. 38).

Conclusão

Constatamos em nossa pesquisa que a invasão mercadológica no campo educacional realmente não promove uma sociedade mais justa e igualitária, e nem mesmo liberdade de escolha como pregam os neoliberais. Pelo contrário, ela tem acentuado grandemente a segregação social, estratificando os alunos prioritariamente por poder de consumo, capital cultural e sobretudo por referencial étnico onde a escola pública se torna um lugar indesejado para as pessoas brancas de classe média ou ricas. Definitivamente as propostas dos reformadores empresariais estão longe de promover para os alunos da escola pública uma formação humana, por meio da qual eles sejam vistos como sujeitos de direitos. O projeto é claro e a intenção é que a escola pública funcione como um campo de concentração de jovens pobres, em sua maioria pretos e pardos, induzidos a competir entre si para servir a indústria e o setor de serviços, ocupando postos de trabalho precarizados e desprovidos de direitos sociais e trabalhistas.

Desse modo, entendemos as reformas empresariais da educação como uma investida do empresariado sobre o dinheiro público com intenção de obter lucro, precarizando as escolas públicas, impondo a elas um currículo precário que forma o capital humano e o mercado consumidor, cuja perspectiva de vida é assumir o desemprego, os empregos precários e desqualificados.

Argumentamos que as Reformas têm por objetivo “se infiltrar” no Estado, influenciando na legislação, promovendo mudanças estruturais na constituição, espaço em que os atores privados possam atuar e operar com suas medidas empresariais dominando os vários segmentos educacionais controlando-os e moldando-os da maneira mais eficaz para servir aos interesses do mercado. Os agentes mais incisivos em se infiltrar no sistema educacional e na política pública brasileira são as fundações privadas.

Essa análise foi desenvolvida em uma abordagem que apresenta, entre outras, as características da historicidade e da contextualização, as quais indicam que os conhecimentos são históricos e determinados, ocorrem no conjunto de relações sociais e necessitam ser analisados no tempo e no espaço

em que são construídos. Nossos estudos culminaram na ótica temerosa que o mercado tem do estudante da escola pública, que é visto como um inumano, assim denominado por Arroyo(2017), indigno de ser educado para desenvolver suas potencialidades de forma a ter consciência de seus direitos e deveres, pensar de forma crítica sua realidade no mundo e alterá-la, alcançando sua emancipação.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. O direito à formação humana como referente da avaliação. *In*: SORDI, M.R. L. de; VARANI, A.; MENDES, G. do S.C.V.. (org.). **Qualidade(s) da escola pública**: reinventando a avaliação como resistência. 1ed.Uberlândia: Navegando Publicações, 2017, p. 69-82.
- BERTAGNA, R.H.; SORDI, M.R.L.; ALMEIDA; L.C; LARA, R.S.B. Avaliação da qualidade social da escola pública: delineamentos de uma proposta referenciada na formação humana. **Políticas Educativas**. Entre Rios, v.13, n.2, p.63-86, 2020.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias:Expressão popular, São Paulo, 2018.
- FREITAS, A.F.; ZAN, D.; SILVA, F.D.; MOIMAZ, R.S. Primeiros Passos da Reforma do Ensino Médio em São Paulo: o caso da rede regular de ensino. *In*: KRAWCZYK, N. ; Zan, D. (org.) **A reforma do ensino médio em São Paulo** : a continuidade do projeto neoliberal. - 1. ed. - Belo Horizonte,MG: Fino Traço, 2022, p.46-77. [recurso eletrônico]
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público [recurso eletrônico]. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MIELO, E. G. **O uso dos resultados das avaliações de larga escala para implementação das políticas de responsabilização educacional em redes municipais de ensino**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2023.
- GARCIA, T. O.; ADRIÃO, T.; DRABACH, N.; SANTOS, M. Segunda geração de privatização da educação paulista: a articulação sistêmica dos atores empresariais. **Pro-Posições**. Campinas, v. 34, e20210103, 2023.
- SORDI, M. R. L. de. A qualidade social da escola pública em confronto com a lógica dos reformadores empresariais. *In*: SORDI, M. R. L. de; VARANI, A.; MENDES, G. do S. C. (org.). **Qualidade(s) da Escola Pública**: reinventando a avaliação como resistência. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017, v. 1, p. 69-82.